

REQUERIMENTO Número / (.ª)

PERGUNTA Número / (.ª)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

No passado dia 28 de fevereiro, registou-se uma inundação no Palácio da Justiça de Loulé, levando ao encerramento do edifício.

De acordo com informação recolhida pelo PCP, estavam a ser realizadas obras de substituição de telhas de amianto na cobertura do edifício. Apesar dos alertas da Proteção Civil de chuva intensa e risco de inundações, não terão sido acauteladas as medidas adequadas para proteger o edifício da intempérie.

Em consequência, registaram-se infiltrações de chuva pela cobertura, inundando os diversos pisos do edifício (incluindo o rés-do-chão) e danificando tetos, paredes e soalhos, além de mobiliário e equipamento diverso (ver fotos 1, 2 e 3). Saliente-se que, apesar da colocação de plásticos de proteção, os arquivos terão sido afetados.

Além dos prejuízos materiais, os serviços foram encerrados, com óbvios inconvenientes e prejuízos para os utentes dos serviços que funcionam no Palácio da Justiça de Loulé.

Numa visita realizada em julho de 2013, uma delegação do PCP pôde constatar que o edifício do Palácio da Justiça de Loulé tinha problemas estruturais sérios, com o abatimento do piso no rés-do-chão e fendas profundas nas paredes (ver fotos 4, 5 e 6 tiradas em julho de 2013).

Pelo exposto, ao abrigo das disposições regimentais e constitucionais aplicáveis, solicita-se ao Governo que, por intermédio do Ministério da Justiça, preste os seguintes esclarecimentos:

1. Como justifica o Governo que, perante os alertas da Proteção Civil de chuva intensa e risco de inundações, não tenham sido acauteladas as medidas adequadas para proteger o Palácio da Justiça de Loulé da intempérie?
2. Em algum momento esteve em causa a segurança e integridade física dos trabalhadores e utentes do Palácio da Justiça de Loulé?
3. Que medidas foram tomadas para minimizar os inconvenientes causados aos utentes dos

serviços que funcionam no Palácio da Justiça de Loulé?

4. Já foram avaliados os prejuízos causados pelas inundações no próprio edifício, no mobiliário e no equipamento? Qual o montante global desses prejuízos?
5. Os arquivos foram afetados? Foram danificados ou destruídos documentos?
6. Os problemas estruturais do edifício do Palácio da Justiça (que originaram o abatimento do piso e a existência de profundas fendas nas paredes e tetos do rés-do-chão), cuja existência a delegação do PCP pôde comprovar na sua visita em julho de 2013, já foram completamente resolvidos? Em caso negativo, quando serão resolvidos?

Palácio de São Bento, 2 de março de 2018

Deputado(a)s

PAULO SÁ(PCP)

Existem anexos ao documento.